

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE**

TEREZA SANCHEZ BENETTE

INDISCIPLINA NA SALA DE AULA: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES.

**MOREIRA SALES/PR
DEZEMBRO/2008**

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE**

TEREZA SANCHEZ BENETTE

INDISCIPLINA NA SALA DE AULA: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES

Material Didático Pedagógico (Unidade de Caderno Temático) para Intervenção Pedagógica na Escola, apresentado à Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Professor PDE, sob a responsabilidade da Universidade Estadual de Maringá, tendo como orientadora, a professora: Leila Pessoa Da Costa

**MOREIRA SALES/PR
DEZEMBRO/2008**

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 4 |
| I - INDISCIPLINA ESCOLAR: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS..... | 6 |
| II - É POSSÍVEL ENCONTRAR CAMINHOS?..... | 9 |
| III- FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA..... | 12 |
| IV- PAPEL DA FAMÍLIA..... | 17 |
| V- PAPEL DO PROFESSOR..... | 20 |
| VI – PAPEL DO ALUNO | 23 |
| VII- CONTRATO PEDAGÓGICO NA SALA DE AULA..... | 24 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 26 |
| REFERÊNCIAS..... | 28 |

INTRODUÇÃO

Num país com tantas desigualdades sociais, a escola se apresenta como um fator de esperança, um espaço de transformação, propiciando ao aluno a aquisição do conhecimento, condição necessária para desenvolver seu senso crítico, sua autonomia para construir sua cidadania rumo à construção de uma nova sociedade. No entanto, cabe a escola produzir mecanismos que promovam mudança de atitudes e de comportamentos indesejáveis no aluno para que a aprendizagem aconteça (NUNES, 2008, p.1).

A indisciplina na sala de aula, entendida como um dos maiores problemas com o qual as escolas enfrentam hoje e devido à relevância do tema, vem ganhando espaço nas discussões pedagógicas, que permeiam o interior das escolas.

Trata-se de um assunto muito complexo, que merece reflexão. Apresenta-se como um dos maiores desafios no trabalho pedagógico, uma vez que impede a realização efetiva do processo de ensino e aprendizagem.

Para o enfrentamento de tal problema, entendemos que o principal instrumento é o trabalho coletivo, enfatizando uma gestão escolar democrática e promovendo a efetiva participação de todos na construção do Projeto Político Pedagógico. Este, apesar de ter sido legitimada legalmente, em especial com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/06), ainda está longe de construir uma prática interna realmente democrática.

Neste contexto, consideramos oportuno incentivar os professores a refletirem a respeito da indisciplina, por meio deste Caderno Temático. Os textos que o compõem destinam-se, portanto, a contribuir para as discussões, e, pela relevância do tema, ampliar o debate sobre o assunto buscando possibilidades de intervenções para, se não resolver, pelo menos minimizar os problemas de indisciplina em sala de aula.

É um texto produzido na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, buscando subsídios teóricos por meio do diálogo entre vários autores para compreender as diversas formas de conceituar a indisciplina, suas causas, destacando a importância da participação do trabalho coletivo; discutindo a

indisciplina na sala de aula, buscando compreender as relações interpessoais que influenciam os modos de agir dos atores envolvidos no processo educativo, bem como a gestão escolar em sua dimensão pedagógica, administrativa e disciplinar.

Espera-se que este texto produza efeito positivo e que ofereça elementos para compreensão das questões disciplinares na escola e para o enfrentamento do problema em questão, uma vez que a indisciplina na sala de aula tem sido foco de preocupação nas escolas e vem se transformando num grande desgaste para os professores no momento atual. Este fato justifica a escolha do tema que visa buscar subsídios teórico-metodológicos para o seu enfrentamento.

I – INDISCIPLINA ESCOLAR: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS

Estudos sobre este tema tem evidenciado que a indisciplina na sala de aula é um tema muito complexo e às vezes contraditório em suas definições. Apresenta-se como um dos maiores obstáculos que enfrentam as escolas na sociedade contemporânea, provocando grande angústia nos professores que não sabem mais como lidar com a situação. Conceber a indisciplina como um desafio que a maioria das escolas, independentemente do porte ou localização, enfrenta torna-se essencial, assim como compreender que os comportamentos inadequados causam muitos transtornos no processo de ensino e aprendizagem e, sobretudo, na prática pedagógica da maioria dos professores.

Os atos indisciplinados se manifestam de diferentes formas, tornando-se desagradáveis tanto para o professor quanto para os alunos que estão preocupados com a aprendizagem, assevera Parrat-Dayan (2008, p. 21). Caracteriza-se pelo descumprimento de ordens e pela falta de limites como, por exemplo: faltar às aulas, não levar o material necessário, ficar de pé, interromper o professor tentando chamar sua atenção, falta de respeito à autoridade do professor, dentre outras atitudes que, muitas vezes, impede-os de ministrar suas aulas de maneira adequada.

Esses comportamentos ocorrem por diversos motivos, entre eles a falta de clareza que os alunos têm sobre os procedimentos metodológicos e a postura do professor, como nos mostra a mesma autora:

A indisciplina é um problema sério, ela não tem forma e segue diferentes caminhos: falar, jogar papeizinhos, não estudar, não escutar etc. o problema do professor é dar forma àquilo que não tem, direcionar a disciplina para alguma coisa que faça sentido, para algum objetivo, um projeto. Dessa forma, a indisciplina poderá se transformar em disciplina intelectual e moral. (PARRAT-DAYAN, 2008, p. 16).

Tal caracterização dimensiona sua complexidade e merece reflexão, visto ser um dos maiores obstáculos no trabalho pedagógico. É fato que o educador, neste momento, deve reavaliar sua prática e buscar estratégias diversificadas para encontrar caminhos que possam transformar a indisciplina em disciplina para a aprendizagem, fazendo com que os alunos vejam sentido

no que está sendo ensinado e possam se interessar pelos conteúdos. Mas, para enfrentá-la de forma eficaz, é preciso entender o processo educacional.

Segundo Saviani (2005, p. 7), a história da humanidade revela que, por milhares de anos, o ensinar acontecia por meio do ato vivenciado e conforme as necessidades do cotidiano. Este ato foi evoluindo e tornou-se institucional com o surgimento da escola, com o objetivo específico de transmissão-assimilação do saber sistematizado.

[...] para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica dosá-lo e seqüenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. Ora, o saber dosado e seqüenciado para efeito de sua transmissão-assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que nós convencionamos chamar de “saber escolar” (SAVIANI, 2005, p. 80).

Para que a escola cumpra sua função, garantindo que seus alunos se apropriem do saber sistematizado, é necessário que, além do professor, o coletivo da escola assuma junto esta responsabilidade, refletindo sobre suas metodologias de trabalho, adequando-as às necessidades da maioria dos alunos e como um todo organizado, elaborando junto aos mesmos normas e regras de convivência para o enfrentamento desse problema que permeia as discussões no ambiente escolar.

Retomando Saviani (2005, p. 80), “o povo precisa da escola para ter acesso ao saber erudito, ao saber sistematizado e, em conseqüência, para expressar de forma elaborada os conteúdos da cultura popular que correspondem aos seus interesses”. Neste sentido, é preciso que a escola se compreenda como espaço de transformação da realidade do aluno expressando seus interesses junto à sociedade de modo a definir seu próprio lugar.

Por outro lado, o mundo audiovisual e a competição da escola com a TV, e outros meios de comunicação provocam o desinteresse do aluno pela escola. É evidente que a escola deve aceitar o desafio se aliando com o mundo audiovisual, utilizando esses recursos para dar mais qualidade às aulas

tornando-as mais atrativas, bem como outros recursos metodológicos que sejam atraentes e aceitos pelos alunos (PARRAT-DAYAN, 2008, p. 54).

No entanto, existem outras causas que podem influenciar para o comportamento indisciplinado do aluno na escola. Segundo Parrat-Dayan (2008, p. 55):

As causas da indisciplina podem ter origem externa e interna à escola. As causas externas podem ser vistas na relativa influência dos meios de comunicação, na violência social e também no ambiente familiar. O divórcio, a droga, o desemprego, a pobreza, a moradia inadequada, a ausência de valores, a anomia familiar, a desistência por parte de alguns pais de educar seus filhos, a permissividade sem limites, a violência doméstica e agressividade de alguns pais com os professores podem estar na raiz do problema.

Antunes (2001, p. 19) afirma que a indisciplina passa por três focos de igual importância. O primeiro constitui-se na própria escola quando não apresenta regras claras e definidas, quando não dá oportunidade de participação do aluno na construção das regras e quando não viabiliza canais para que o aluno possa levar sua crítica; o segundo foco de indisciplina constitui-se no professor, quando não constrói aulas significativas; o terceiro foco se constitui no aluno, quando muitas vezes traz de casa ou das ruas posturas que não se enquadram nos valores da escola.

Dentre todas essas causas da indisciplina, podemos acrescentar um quarto foco que se refere ao próprio antagonismo entre as classes sociais que se instalam no interior das escolas, constituindo-se em violência enquanto parte do contexto social mais amplo.

Faz-se necessário que a redemocratização das relações escolares tão discutida, seja realmente colocada em prática para que haja participação de todos os seus seguimentos nas tomadas de decisões sobre os rumos que a escola deve tomar para melhorar a qualidade do ensino.

II - É POSSÍVEL ENCONTRAR CAMINHOS?

Acredita-se que seja importante enfrentar o problema e buscar caminhos que possam, se não resolver, pelo menos minimizar os problemas relacionados à indisciplina na sala de aula. Têm sido apontadas várias possibilidades de solução:

O caminho mais fácil para o entendimento entre educador e o adolescente é a história de vida. É preciso saber um pouco da história de vida do adolescente para conhecer suas potencialidades e dificuldades. Esse conhecimento facilita o diálogo entre adolescente, educador e grupo. Assim, o educador fica mais forte, tem mais inspiração para viver sua aventura pedagógica (SERRÃO; BALEEIRO, 1999, p. 250).

É importante que a escola conheça seus alunos, situe-nos com relação as necessidades e contexto nos quais estão inseridos e para isso, deve disponibilizar momentos para o diálogo, nos quais o educando possa expressar-se, que sejam ouvidos pelos professores e pedagogos e que esses profissionais promovam reflexões sobre essas questões, dando-lhes liberdade de expressão. Tal estratégia contribui, para a auto-afirmação dos mesmos, e conseqüentemente, para que seu futuro possa ser mais promissor, ao mesmo tempo em que estreitam-se as relações entre aluno-professor-escola.

Parrat-Dayan (2008) entende que “a missão da escola é ensinar alguma coisa aos alunos e fazer todo o possível para que tenham sucesso”. Para que a escola cumpra sua função de educar, garantindo que todos os alunos aprendam, ela precisa saber lidar com a disciplina para a aprendizagem. Desta forma, é fundamental o uso de alternativas metodológicas significativas, que promovam a transformação da realidade onde os alunos estão inseridos para que possam ser agentes de transformação social.

Portanto, retomando Serrão e Baleeiro, (1999, p. 23):

A educação é uma chave. Chave que abre a possibilidade de se transformar o homem anônimo, sem rosto naquele que sabe que pode escolher, que é sujeito participante de sua reflexão, da reflexão do mundo e da sua própria história, assumindo a responsabilidade dos seus atos e das mudanças que fizer acontecer. Esta chave nos permite modificar a realidade, alterando o seu rumo, provocando as

rupturas necessárias, se aglutinando as forças que garantem a sustentação de espaço onde o novo seja buscado, construído e refletido.

NUNES (2008) acredita que apesar das desigualdades sociais, a escola ainda se apresenta como um fator de esperança, um espaço de transformação social, que propicia ao aluno os conhecimentos necessários para desenvolver sua consciência crítica rumo à construção de uma nova sociedade. Salienta ainda, que cabe a escola criar mecanismos que promovam a mudança de atitudes e de comportamentos indesejáveis no aluno para que a aprendizagem seja efetivada.

As condições internas podem ser vistas no ambiente escolar e nas condições de ensino-aprendizagem, na relação professor/aluno, no perfil dos alunos e na capacidade que eles têm de se adaptar aos esquemas da escola. A falta de motivação do aluno, a ausência de regras que permitam uma distribuição eqüitativa da comunicação, a falta de consideração com os ritmos biológicos das crianças e a falta de autoridade do professor são, todas elas, causas de indisciplina. (PARRAT-DAYAN, 2008, p. 56)

É preciso que a escola se comprometa com os alunos, possibilitando-lhes a aquisição dos conteúdos necessários para o seu desenvolvimento integral, bem como o respeito ao seu ritmo de aprendizagem.

É possível afirmar que é necessário que haja um bom relacionamento entre os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, visto ser de fundamental importância para o desenvolvimento do desejo de aprender, respeitando suas múltiplas inteligências. Acrescenta Oliveira (2005, p. 59):

Outro fator a ser considerado é que boa parte de nossas crianças apresenta uma carência afetiva muito grande, já que não puderam contar com os pais para lhes dar carinho e nem tampouco lhes ouvir. É claro que observamos nas escolas situação oposta a esta: o excesso de mimos e permissividade por parte dos pais/responsáveis que também acarreta problemas de comportamento nessas crianças.

A mesma autora complementa que estamos vivendo num momento em que a maioria das nossas crianças não são percebidas pela família abrindo espaço para a televisão e outros meios, que roubam todo o tempo dos pais, impedindo-os de estabelecer uma relação mais próxima, deixando que as

discussões entre eles – importantes para o estabelecimento de vínculos e formação de hábitos e valores, não sejam concretizadas. Assim, sem discussão e reflexão adequadas, as informações e modelos que os filhos recebem possibilitam apresentar na escola comportamentos de insensibilidade perante a violência, sendo mais um dos elementos provocadores da indisciplina na sala de aula (PARRAT-DAYAN, 2008). A ausência dessa relação faz com que muitos alunos e a própria família, esperem que os educadores supram essa carência.

É nesse momento que o educador precisa ter claro o papel de cada um nesse processo para saber lidar com a situação. A forma como se estabelece a relação professor-aluno é a base para o enfrentamento dessas questões. É preciso respeito e uma aproximação para garantir a efetivação das finalidades da escola.

III - FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Atualmente, muito se discute sobre a necessidade de mudança na educação na tentativa de resgatar a função social da escola para que os alunos encontrem sentido no que está sendo ensinado. Porém, nessas discussões, o professor e o aluno acabam sendo alvos, como se fossem os únicos atores responsáveis pelo processo escolar. Realmente, esta é uma preocupação justa e legítima, mas não pode se restringir apenas à relação professor-aluno. As relações envolvem todas as pessoas que trabalham na escola e, por isso, é necessário que haja maior envolvimento por parte da direção, equipe pedagógica, professores, funcionários e alunos enfim, de todos os atores envolvidos no processo educativo em prol dessas mudanças, além das questões que envolvem o Projeto Político Pedagógico e sua possibilidade de efetivação.

Conforme (VASCONCELLOS, 1989) essas mudanças só acontecerão quando houver uma revisão nas estruturas institucionais, cabendo à escola, enquanto equipe em seu coletivo, construir práticas concretas de mudança e, desta forma, recuperar seu sentido, assumindo assim sua verdadeira função social.

De acordo com Vasconcellos (1989, p. 71):

Como apontamos, um dos grandes impasses que se coloca para a escola hoje é a definição de sua efetiva função social. Diante da crise de identidade, é fundamental que a comunidade educativa procure recuperar o **sentido** da escola, do estudo, elaborando e explicitando sua **proposta educacional** (Projeto Político Pedagógico). O aluno (e antes dele, os educadores) deve ver um sentido na escola. O homem é um ser teleológico, precisa de um objetivo para direcionar suas energias, seus esforços, para dar um significado ao trabalho que tem que fazer. (Grifo do autor).

Entende que é necessário dar sentido aos conhecimentos que estão sendo ensinados, mudando um pouco o discurso: "estudar para ser alguém na vida", visto que este já está um tanto defasado no atual contexto em que vivemos. É preciso que o aluno compreenda que estudar é importante para

compreender melhor as relações que se processam ao seu redor, colocando-se a serviço da construção de um mundo melhor, sendo o mesmo agente de sua própria transformação e da transformação da sociedade.

A indisciplina ao se apresentar como um problema a ser enfrentado pela escola, constata que muitas vezes, é encarada de forma autoritária, na qual o aluno é reprimido, e em outras situações, há falta de firmeza e não se conseguem fazer com que os alunos respeitem os limites estabelecidos.

Desta forma, ao invés de trabalhar com o aluno na tentativa de resolver o problema, acaba-se ficando entre os dois extremos: expulsar ou “agüentar o aluno”. (VASCONCELLOS, 1989, p. 73-74). É importante que haja participação e comprometimento de todos os envolvidos nesse processo (pais, alunos, professores, equipe pedagógica, administrativa, etc), na elaboração das normas disciplinares no âmbito escolar, viabilizando um projeto de participação democrática de forma consciente e interativa para que os problemas relacionados à escola sejam discutidos em conjunto.

Retomando o mesmo autor:

De modo geral, cada educador tem uma postura; os alunos ficam desorientados. A própria estrutura da escola não favorece, amiúde, a discussão dos problemas mais abertamente. Carece-se de um trabalho de equipe no verdadeiro sentido; há muito mais um “aglomerado” de pessoas que uma equipe de trabalho. O problema que ocorre com um professor, fica com ele mesmo, não havendo condições de se buscar soluções em conjunto. (VASCONCELLOS, 1989, p. 73).

Como vimos nesta citação, um dos maiores problemas da escola para manter as normas disciplinares é a falta de concretização, na prática, dessas ações. Diante dos desafios que enfrentam os professores, torna-se necessário que aconteçam as reuniões pedagógicas periódicas, constituindo-se em um espaço onde todos possam refletir juntos, por meios de estudos, trocas de experiências e avaliação da prática pedagógica. A busca coletiva de métodos de trabalhos mais apropriados, também deve ocorrer nesse espaço já que é

adequado para essas discussões, evitando, com isso, a prática de avisos burocráticos, que não tem nada a ver com o fazer pedagógico.

CIAVATA (1992) complementa que a escola pública deve oportunizar o acesso ao conhecimento crítico e reflexivo, ultrapassando o nível do senso comum, possibilitando aos alunos a formação de uma consciência mais democrática, ou seja, menos, competitiva e consumista propagada pela sociedade capitalista e que acaba por alienar o indivíduo, ajustando-o aos interesses do mercado. Os conteúdos escolares é a matéria-prima da escola e devem estar bem definidos na sua proposta pedagógica.

Vasconcellos (1989) salienta que para que haja um ensino transformador, é preciso competência profissional e coragem para rever as propostas de trabalho no interior da escola, onde apesar dos problemas enfrentados que não são poucos, o educador compreenda que ele ainda é o principal agente de sua transformação junto com seus pares e todos os envolvidos no processo. É imprescindível compreender que é preciso investir nas relações trabalho que se processam no interior das escolas e na sala de aula para que possamos enfrentar a realidade com a qual nos deparamos e promover a formação consciente da cidadania do educando.

Oliveira (2005) parte do pressuposto de que é imprescindível a implantação de um Projeto Político Pedagógico, para que (entre outros aspectos) a escola institua um trabalho consensual, no qual os objetivos não sejam impostos, mas conte com a participação de todos os envolvidos, buscando compreender as origens das questões enfrentadas. Retomamos a mesma autora para aprofundar a questão da indisciplina:

O problema da indisciplina deve ser analisado no contexto histórico-social em que ocorre para tentarmos descobrir sua causa e agir sobre ela conscientemente, mas isso só será possível com a implantação na escola de um Projeto Político Pedagógico que otimize o processo ensino-aprendizagem. (OLIVEIRA, 2005, p. 24).

Além de analisar o contexto histórico em que a mesma está inserida, é necessário compreender que existem outros fatores que influenciam

negativamente o comportamento inadequado do aluno na sala de aula, tais como: propostas curriculares que não condizem ao momento histórico, metodologias inadequadas, à não-participação dos alunos na formulação das regras estabelecidas, a desmotivação por parte dos alunos, etc.

Nesse contexto, é relevante que as escolas reflitam sobre a política de redemocratização do ensino, promovendo sua efetivação considerando sua parte legal. A Constituição de 1988 trouxe importantes mudanças políticas para a sociedade brasileira, especialmente rumo à redemocratização. Na educação, houve avanços significativos dentre eles a garantia da gestão democrática nas escolas públicas (Art. 206; IV) oportunizando a gestão democrática nas escolas. (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 reafirmou este princípio em seu Art. 3º, inciso VIII, ao contemplar a gestão democrática do ensino público. Em seu Art. 14, a Lei dispõe sobre os seguintes princípios norteadores da gestão democrática nas escolas públicas:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996)

Nos últimos anos, em cumprimento à LDB e em consonância com a Deliberação n. 014/99 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, todas as escolas paranaenses passaram a elaborar suas propostas pedagógicas. Esta Deliberação contempla os indicadores para a elaboração da proposta pedagógica nos estabelecimentos de ensino da Educação Básica em suas diferentes modalidades. A seguir, destacamos alguns de seus artigos que consideramos relevante:

- Art. 1º A proposta pedagógica do estabelecimento de ensino deverá ser elaborada contemplando os aspectos contidos na Indicação nº 004/99 que a esta se incorpora.
- Art. 2º A elaboração da proposta pedagógica envolverá todos os segmentos da comunidade escolar.
- Art. 3º O estabelecimento de ensino organizará, em proposta pedagógica única, os cursos ofertados em níveis e modalidades diversas.
- Art. 4º A proposta pedagógica do estabelecimento de ensino equacionará tempo e espaço, visando a seleção dos conhecimentos

científicos e procedimentos de avaliação, promovendo a aquisição de conhecimentos, competências, valores e atitudes previstas para a Educação Básica.

Art. 5º A matriz curricular decorrente de proposta pedagógica deve ser utilizada como instrumento gerencial, respeitando a obrigatoriedade do estudo da língua portuguesa, da matemática, da arte e de educação física, o conhecimento de mundo físico e da realidade social e política.

Art. 6º Cabe à SEED orientar e acompanhar os estabelecimentos de ensino na elaboração e execução da proposta pedagógica e das matrizes curriculares, verificando a sua legalidade (PARANÁ, 1999).

A Indicação n. 004/99 – CEE faz menção à Lei n. 9394/96, destacando as mudanças no Sistema Educacional Brasileiro, especialmente as relacionadas à gestão, à organização da ação educativa, que contempla princípios como liberdade, autonomia, flexibilidade e democracia. Nessa Indicação, fica explícita a preocupação com as diferentes terminologias empregadas na LDB a respeito do Projeto Político-Pedagógico, a saber, proposta pedagógica (Arts. 12 e 13), plano de trabalho (Art. 13) e projeto pedagógico.

Diante do exposto, fica clara a necessidade de efetivação da gestão democrática nas escolas, visto que existe todo um aparato legal que orienta as diretrizes a serem tomadas pelos atores envolvidos no processo rumo à educação de qualidade para todos.

Parrat-Dayán (2008), enfatiza a importância de se estreitar os laços entre escola e comunidade, chamando os pais para discutir os diversos problemas pertinentes à educação dos seus filhos, informando-os sobre os problemas e objetivos da escola e assim se co-responsabilizar pela indisciplina na sala de aula.

IV - PAPEL DA FAMÍLIA

Acreditamos que freqüentar uma instituição escolar deva significar a evolução e o progresso intelectual do ser humano. Mas acreditamos também, que esse progresso é obtido não só na escola, mas na família e na sociedade, e que a escola, como muitos acreditam, não é a única instituição a desempenhar tal tarefa. (SERRÃO; BALLEIRO, 1999, p. 23).

É possível que a família possa ajudar a manter a disciplina na escola, mas, para que isto aconteça, é preciso que seja resgatada a prática do diálogo no ambiente familiar, onde os pais possam retomar as reuniões familiares, procurando saber da vida dos filhos, seus temores, suas conquistas, bem como suas expectativas de vida atribuindo-lhes tarefas acreditando em suas possibilidades de realização. É fundamental que os pais sejam capazes de impor limites, ajudando-os a ter postura crítica diante dos meios de comunicação que despertam o consumismo, a sexualidade, etc. Ainda aqui podemos retomar Vasconcellos (1989, p. 122-123):

Ajudar os filhos a pensar sobre o **sentido da vida**: viver para quê? Para ser “esperto”, “para levar vantagem em tudo”? Para ser rico, para “subir na vida a qualquer custo”? Sem uma perspectiva, sem um conjunto de valores, sem um projeto de vida, corre-se o risco de cair no “vale-tudo”: oportunismo, violência, desânimo, drogas, suicídio. Para muitos pais, a opção que se coloca diante dos filhos é a seguinte: ou o filho vai ser brilhante, o melhor, o primeiro, o mais esperto para conseguir se sair bem na vida, ou será um perdedor, um “Zé ninguém”, um eterno subalterno, desqualificado, explorado pelos outros, etc.

Essa é uma realidade que exige reflexão sobre como alterá-la, visto que nenhum pai é capaz de desejar que o filho seja um fracassado, mas, com freqüência, não sabe como lidar com a situação, caindo entre os dois extremos: a permissividade e o autoritarismo.

Mousquer (2005) enfatiza que, nesta reflexão, é importante compreender que a concepção de família atual não pode ser vista como a mesma de antigamente devido a mudança em todo contexto histórico social.

Diante de todas as mudanças que vem acontecendo na sociedade atual, a mulher, que antes ficava em casa cuidando dos filhos, deixa de ser apenas dona de casa e vai à luta pela sobrevivência, deixando-os aos cuidados de irmãos menores ou a mercê dos colegas que vivem o mesmo drama, omitindo o ensino dos valores necessários, que deveriam ser ensinados no seio das famílias.

Segundo Nunes (2008, p. 1), a família constitui o berço do ensino e aprendizagem de todo ser humano e nele o aprendiz está sujeito a ser influenciado decisivamente de forma positiva ou negativa. A escola é freqüentada por pessoas que tiveram uma boa formação na família, como também por pessoas que tiveram uma formação com experiências negativas gerando assim uma grande diversidade de alunos na sala de aula.

Contudo, a escola não está preparada para lidar com esse universo de alunos advindos de famílias que tem sob sua responsabilidade, outros encargos, também importantes: a grande maioria dos pais passam o dia todo trabalhando na luta pela sobrevivência e o pouco tempo que se tem em casa, junto à família é utilizado pelos programas de televisão que impedem a comunicação entre os membros, prejudicando o bom relacionamento da família.

Conforme nos aponta Vasconcellos, (1989, p. 23).

No cotidiano das famílias hoje, sabemos que um dos grandes entraves para o diálogo é o “vício televisivo”: simplesmente por comodismo, alienação e/ ou medo - se deixam levar pelos programas de televisão, um após outro de forma que podemos observar famílias inteiras que passam horas em frente a televisão quase que sem trocar palavras significativas.

Segundo o autor, esse é um fator que exerce influência negativa no relacionamento familiar, bem como na relação família/escola, visto que, se os pais não têm tempo para os filhos dentro da própria casa, muito menos se preocuparão com o que acontece no interior das escolas, no cotidiano da sala de aula, mas o fato da família estar de certa forma desvinculada da escola, não significa que a escola tenha que assumir sozinha a educação de seus alunos.

É importante chamá-los à sua responsabilidade, fazendo com que acreditem que a mudança é possível desde que ambas, família e escola, assumam sua responsabilidade e haja entre elas cumplicidade, cabendo às mesmas criarem mecanismos que apoiem os alunos a modificarem tais comportamentos e atitudes indesejáveis. (NUNES, 2008, p. 4).

V - PAPEL DO PROFESSOR

Assim é o trabalho com o adolescente, cheio de possibilidades e de reconstruções. As sementes deixadas germinarão a seu tempo. Os frutos, talvez não os possamos colher, mas sabemos que lá estarão para serem colhidos. Trabalhamos com valores e atitudes. E valores e atitudes precisam de tempo para constituir-se e consolidar-se. (SERRÃO: BALEEIRO, 1999, p. 30)

Diante da situação em que vivem as escolas hoje, apontada pelos professores, na qual os alunos se apresentam desinteressados, não prestam atenção nas aulas, falam palavrões, roubam o material dos colegas, etc., os professores se sentem angustiados, perplexos sem saber o que fazer e, muitas vezes, tomam atitudes inadequadas, complicando ainda mais a situação.

Vasconcellos (1989, p. 83) aponta duas alternativas para os professores: “demitir-se da luta ou enfrentar o desafio”. Segundo o autor, muitos professores não conseguem assumir sua realidade, não se comprometem no trabalho para a transformação dessa realidade e até ficam sonhando com alunos ideais.

É preciso que ele assuma sua realidade, sua turma, para que ele seja sujeito da história pedagógica de sua escola e de sua sala de aula. A partir do momento que ele aceita sua turma, ele poderá tentar mudar, porque o aluno precisa se sentir aceito para estabelecer relações que possam ajudá-lo a transformar a realidade em que está inserido.

A verdadeira relação educativa se faz com um vínculo de confiança e de reciprocidade. De fato, conseguir boas condições de trabalho na sala de aula, não está nada fácil, mas culpar totalmente o aluno não é justo. É preciso comprometer-se na luta pela mudança, envolvendo toda a escola e a família.

Segundo o autor:

Os professores que reclamam tendem a fazer generalizações: “está tudo mal”, “ninguém está conseguindo trabalhar”, “os alunos estão muito desligados”, etc. Por detrás de dessa generalização está uma tentativa de justificar a própria situação. **Ocorre, no entanto, que na mesma escola, com os mesmos alunos, existem professores**

conseguindo fazer um bom trabalho... Da mesma forma, podemos questionar: existiria aluno indisciplinado “em si”? E o aluno que é indisciplinado com um professor e não com outro? Como se explica isto? Na verdade, as relações é que se tornam “indisciplinadas”. (VASCONCELLOS, 1989, p. 85, grifo nosso).

Neste sentido, o autor sugere que o educador faça uma reflexão, uma autocrítica de sua ação pedagógica tendo em vista as relações interpessoais que se processam no interior da sala de aula. É fundamental que o educador se comprometa com os alunos para encará-los como um desafio pedagógico e buscar alternativas, sem achar que a culpa está no aluno, na família, no sistema, e etc. O que importa não é encontrar o culpado, mas sim buscar a solução para o problema.

Segundo Vasconcellos, se faz necessária a criação de um vínculo afetivo que deve acontecer por intermédio do efetivo diálogo entre educador educando:

As pessoas morrem por um gesto de amor. Se o vínculo afetivo não está minimamente garantido em sala de aula, é muito difícil que o aluno flua. Isto fica claro pelo testemunho dos alunos que estão querendo ser “reconhecidos”, identificados, diferenciados pelo professor em relação aos demais. No contato com os alunos, portanto, para que haja efetivo diálogo, o professor precisa saber ouvir, deixar o aluno se colocar, **deixar o aluno falar!** Só o fato de poder falar, de compartilhar, já favorece muito. (VASCONCELLOS, 1989, p. 112, grifo do autor).

No entanto, o educador deve ainda, neste diálogo constante, mostrar a importância de cada conteúdo para a vida dos alunos, fazendo-os pensar e raciocinar sobre a importância deste para o seu desenvolvimento pessoal:

Para que os alunos tenham interesse pela matéria, é preciso que o professor saiba qual a sua importância para a vida dos educandos e discuta com eles a razão de ser de cada conteúdo estudado. O educador precisa assumir uma prática “progressista” na qual, é tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar, a raciocinar. (OLIVEIRA, 2005, p. 69).

É comum os conteúdos serem transmitidos de uma forma que os alunos não vêem sentido, não sabem da importância do mesmo para suas vidas e,

desta forma, perdem o interesse e acabam desmotivados, buscando outras formas de se realizar na escola. Daí é que se torna essencial trabalhar os conteúdos de forma crítica para despertar o interesse e educar indivíduos conscientes. É certo que o professor sozinho não conseguirá fazer uma mudança significativa em sua prática. Conforme apontado anteriormente, porém a importância de sua função é inquestionável.

O papel do professor é fundamental no sentido de dar segurança ao aluno para que o mesmo possa incorporar os conhecimentos por ele ensinados. VASCONCELLOS (1989). O mesmo autor afirma que: "O aluno deve exigir um professor humano nas relações e competente no saber e não um "disciplinador"; exigir um ensino significativo e participativo".

Esta é uma tarefa difícil, mas que o educador deve saber que é o principal agente de transformação, por estar em contato direto com o aluno. Desta forma, deve aproveitar seu espaço de autonomia na sala de aula para interagir com o aluno, trabalhando o seu senso crítico para que possa ser, também, um agente de transformação da realidade em que está inserido e da própria sociedade, tal como nos aponta Vasconcellos,(1989, p.85):

É certo que existe uma determinação mais geral da sociedade sobre a escola, que espera que a sala de aula seja um lugar de submissão, de doutrinação, de seleção social, de domesticação. Diante deste fato, qual a opção: reforçar/reproduzir esta lógica, ou resistir/tentar transformar? Entendemos que o professor tem de sair de uma posição reativa, defensiva e partir para uma fase de autocrítica e de (re) construção de sua proposta pedagógica.

VI – PAPEL DO ALUNO

A participação consciente e interativa na sala de aula é uma exigência para um ensino transformador. (VASCONCELLOS, 1989, p. 119)

Para que o aluno seja bem sucedido na aprendizagem escolar, é fundamental que haja uma convivência democrática na sala de aula, onde o mesmo lute pelos seus direitos, pela sua dignidade, seu valor, sem passar por cima dos direitos do outro. É preciso compreender que a sua afirmação não significa a negação do outro, que cada um tem seus pontos positivos e negativos, e que é pela convivência que o indivíduo se potencializa e se desenvolve, mediante a participação consciente e interativa na sala de aula o aluno pode colaborar para o ensino transformador.

Neste sentido, é necessário que o aluno desenvolva o senso de responsabilidade coletiva pela aprendizagem, tornando a sala de aula um ambiente agradável, respeitando as normas e regras estabelecidas coletivamente, os materiais escolares, os próprios colegas e professores e exigir para si os mesmos direitos.

É fundamental que os alunos tenham suas forma de organização (Representantes de classe, Grêmios, assembleia de classe, etc.), e que realmente lutem para que funcionem de maneira a defender seus interesses. Pela prática sabemos que essas organizações podem até ser incentivada pela escola no início, mas depois que começam a levantar questões mais estruturais, passam a ser desprezadas ou mesmo reprimidas. (VASCONCELLOS, 1989, p. 27).

Ocorre que, na maioria das vezes no início do ano letivo, são realizadas as eleições de representantes de turma, grêmios e etc. Mas durante o ano letivo nada se concretiza de fato, tornando-se necessário que o aluno exija da escola uma postura mais autêntica para incentivá-lo na participação, motivando-os para a iniciativa na tomada de decisões importantes que lhes são atribuídas durante todo o ano letivo.

VII - CONTRATO PEDAGÓGICO NA SALA DE AULA.

Uma das alternativas para o enfrentamento da indisciplina na sala de aula é a formulação de um contrato pedagógico, mas que este seja discutido no coletivo de maneira democrática e com a participação efetiva dos alunos, fazendo com que entendam que as normas e regras são necessárias para a vida em sociedade, para que cada um assuma sua responsabilidade, promovendo uma idéia de colaboração entre as partes. De diferentes maneiras todos fazem parte do processo e, por isso, precisam se respeitar mutuamente e desempenhar com seriedade seus papéis. Conforme nos aponta Aquino (1999, p.112):

O professor, uma vez tendo adquirido autoridade - que será o efeito imediato do contrato - trata seu aluno como pessoa, com respeito, e, em certo sentido, como um igual. Nem por isso deixa de ter bem firme seu poder e deter o comando em suas mãos. O aluno, por sua vez, compreende essa igualdade e não a confunde com ausência de comando.

Desta forma, para que a aprendizagem aconteça de forma significativa é preciso clareza dos objetivos a serem alcançados, relacionando-os com o cotidiano do alunos e instigando-os à participação efetiva. Além disso, é importante valorizar a singularidade, promovendo o respeito entre as partes para o desenvolvimento da autonomia do educando, tratando-os como pessoas e exigindo para si o mesmo respeito. Neste sentido, Serrão e Baleeiro afirmam que neste contrato, as regras devem ser muito claras e bem definidas, estabelecidas junto com o grupo de forma firme, coerente e justa, incluindo as regras básicas de convívio para o funcionamento grupal que deve fazer parte do contrato, esclarecendo que os limites não devem ser tomados como punição, mas como formas necessárias de convivência humana. A seguir, são apresentados os itens que podem constar nesse contrato:

Todos têm o direito de expressar seus sentimentos e pensamentos.
Todas as opiniões são válidas e merecem respeito — ninguém precisa impor o que sente e pensa ao outro.
Tudo pode ser dito no grupo, desde que com respeito.
As falas e os acontecimentos internos do grupo pertencem a seus participantes e não devem ser revelados a outras pessoas.

Quando um participante do grupo estiver falando, os demais devem ouvi-lo com atenção.

É preciso falar para e não de alguém. Isto significa não falar de pessoas ausentes e se dirigir diretamente aos companheiros, evitando expressões indefinidas com “alguém”, “todo mundo”, “alguns”, etc.

Os comentários devem ser definidos referentes aos fatos e às idéias, e não às pessoas.

A pontualidade e a freqüência são condições essenciais para que o grupo perceba sua importância e desenvolva uma auto-estima grupal positiva. As ausências são definidas como “presenças” que não aconteceram, muitas vezes percebida pelo grupo como descaso, desinteresse ou rejeição. (SERRÃO; BALEIRO, 1999, p.31).

Segundo as autoras, outro aspecto sobre esta questão diz respeito ao professor, que, nesse caso, é o mediador do grupo. É fundamental que o educador tenha consciência de suas próprias limitações entendendo que ninguém consegue resolver todos os problemas, nem prever todas as situações. Existem momentos em que o educador não saberá como resolver, é aí que a aprendizagem acontece no coletivo. Muitas vezes é necessário recorrer a outras fontes, como leitura, outros profissionais, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Indisciplina na Sala de Aula, tem se apresentado como um dos maiores entraves para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem, sendo este um dos maiores desafios para os educadores no contexto escolar atual e que justifica esse estudo buscando melhor compreendê-lo e assim, buscar possibilidades de superá-lo.

Na luta por mudanças, cabe à gestão democrática se esforçar para inovar o sistema de autoridade, administrando melhor a distribuição do trabalho no seu interior e criando mecanismos de mudanças com medidas preventivas para a indisciplina. Como ponto de partida para a superação da indisciplina na sala de aula, é importante substituir o modelo autoritário, individualista e centralizado por meios efetivos de participação que permitam encontrar soluções mais adequadas às necessidades e aspirações da comunidade escolar, tendo em vista uma mudança qualitativa na educação.

No enfrentamento da indisciplina na sala de aula, existem muitas dúvidas, mas um longo caminho já foi percorrido, como pudemos observar na bibliografia utilizada. Assim, é preciso continuar essa discussão e buscar soluções para os problemas que ainda encontramos.

As soluções podem vir da quebra de alguns paradigmas, do olhar diferente para os acontecimentos cotidianos, mas principalmente admitindo que temos problemas e no conjunto buscarmos possibilidades de intervenções mediante reflexão, estudos e trocas de experiências que tragam contribuições efetivas.

Sabemos que o problema é complexo e que exige reflexões de todos a respeito de qual caminho percorrer e como percorrer para superá-lo. A escola tem suas contradições internas e está inserida num contexto histórico social igualmente contraditório e é por ele influenciada. Desta forma, o fenômeno da indisciplina não pode ser visto apenas como produto de fatores internos à escola, mas como um reflexo de experiências vividas no seio das famílias e da sociedade como um todo.

Mesmo assim, a escola não pode se eximir da luta pela transformação da sociedade. Sua principal função é criar mecanismos e ações que viabilizem o processo de ensino e aprendizagem. Faz-se necessário compreender que com relação às questões disciplinares, a saída pode estar na partilha de responsabilidades pelas decisões acerca dos acontecimentos do cotidiano escolar, e nas relações interpessoais entre os envolvidos no processo escolar e familiar.

É correto afirmar que não existem fórmulas prontas para resolver, de fato, o problema de indisciplina na escola. O conflito sempre existirá, considerando que os valores, o contexto, as pessoas, etc, estão em constante processo de mudança, o que nos faz perceber que isso faz parte do processo como um todo.

.A escola, para se tornar realmente pública, precisará criar mecanismos que a tornem democrática e que valorizem a participação de todos os envolvidos no processo educativo. (PARO, 2006).

REFERÊNCIAS

AQUINO, J.G. (Org). **Autoridade e autoritarismo na escola: Alternativas teóricas e práticas.** 3. ed. São Paulo: Summus, 1999.

ANTUNES, Celso. Os focos da indisciplina escolar. **Jornal Mundo Jovem**, Porto Alegre, RS, agosto. 2001. p. 19

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

_____. **Lei de diretrizes de bases da educação nacional n. 9394/06.** Brasília, DF: MEC, 1996.

CIAVATTA FRANCO, Maria. **O trabalho como princípio educativo da criança e do adolescente.** Tecnologia Educacional, ABT, Rio de Janeiro, 21 (105/106): 25-29, mar./jun. 1992.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola Teoria e Prática.** 5ª. Ed. Revista e Ampliada. Goiânia – 2004.

MOUSQUER, Dione Baumgartner. PROJETO DE ENSINO “**Disciplina e Indisciplina: janelas abertas**”, Joinville, maio/2005. Disponível em: www.redebonja.cbj.12.br/EnsinoFundamental/projetos/projetos%20fam%EDlia_escola.pdf Acesso 1/12/07.

NOGUEIRA, Ione da Silva Cunha. Violência nas escolas como reflexo dos antecedentes históricos e culturais brasileiros. **Revista de Educação**, PUC-Campinas, SP. n. 24, p. 27-38, jun. 2008

NUNES, Alberto. INDISCIPLINA NA SALA DE AULA – Uma reflexão a partir da realidade, setembro/2006. Disponível em: http://www.asemana.cv/article-imprim.php?id_article=17387. Acesso 4/9/2008.

OLIVEIRA, Maria Isete de. **Indisciplina escolar: Determinantes, conseqüências e ações.** Brasília: Líber Livro, 2005.

PARANÁ. **Deliberação n. 014/99.** Curitiba: CEE, 1999.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 3ª. ed. São Paulo: Ática, 2006.

PARRAT-DAYAN, Silvia. Trad. Silvia Beatriz Adoue e Augusto Juncal. **Como enfrentar a indisciplina na escola.** São Paulo: Contexto, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a ser e a conviver**. 2 ed. São Paulo: FTD, 1999.

VASCONCELLOS, Celso. **(In) Disciplina: Construção consciente e interativa em sala de aula e na escola**. São Paulo: Libertad – Centro de Pesquisa. Formação e Acessória Pedagógica, 1989.